

UM CAMINHO A SER TRILHADO

Quando recebemos uma notícia falando que o Brasil tem melhorado nos últimos meses parece que tem algo de errado na informação. Se dirigirmos nosso olhar para os últimos doze meses parece ser ainda mais difícil de acreditar. Pouco antes das eleições para presidente os indicadores econômicos, sobretudo os do mercado financeiro, começaram a demonstrar um estresse pouco justificado, mas compreensível pelo quadro de incertezas no campo político que se delineava. O candidato da oposição apresentava-se como favorito causando insegurança aos investidores, que tinham como preferência a continuidade. As conseqüências no mercado financeiro foram a saída de investimentos estrangeiros do país ocasionado pressão sobre o dólar e o encarecimento e até o desaparecimento das linhas de crédito a empresas brasileiras no exterior, entre outras. No mercado real as conseqüências vieram rápido com o aumento da inflação e um panorama de incertezas.

Como medidas de emergência o governo anterior recorreu ao FMI(Fundo Monetário Internacional) conseguindo um empréstimo de 30 bilhões de dólares para atenuar os efeitos do cenário político sobre a economia. Naquele momento, o aval do FMI, se fazia necessário, pois o Brasil tinha e ainda tem uma fragilidade financeira representada pela necessidade de capital externo para saldar seus compromissos com o resto do mundo. A dependência financeira do país está na incapacidade de gerar recursos em dólares, através da exportação de bens e serviços suficientes para isso. Como o dólar é a moeda de troca internacional a sua escassez, além de se refletir em seu valor, é imprescindível na aquisição de bens e serviços importados necessários para que a economia não trave. Estamos falando de petróleo, remédios, componentes eletrônicos, e uma infinidade de outros produtos inclusive energia elétrica (da binacional Itaipu) .

O atual governo do Presidente Lula iniciou seus trabalhos ainda durante a gestão anterior, procurando retomar a confiança perdida e após 10 meses de assumir o cargo, os indicadores financeiros retornaram a patamares bem mais aceitáveis. O dólar recuou significativamente e o fluxo de recursos em dólares retornou na forma de investimentos e de captações de empresas brasileiras no exterior. Infelizmente, para colocar tudo nos “eixos” e ainda controlar a inflação medidas amargas tiveram de ser tomadas. Os juros básicos da economia, que são ditados pelo governo, sofreram elevação e como se não bastasse através de instrumentos de política monetária diminuiu-se a liquidez (quantia de moeda em circulação). Ou seja, o governo tornou o crédito caro e ainda mais escasso. A economia real sofreu o impacto com quedas de vendas e conseqüentemente da produção e do emprego.

O custo de manter a economia sobre controle, apesar de amargo, foi baixo se comparado a outros países que passaram por situações semelhantes. O importante é perceber que, após meses turbulentos, as condições para a retomada do crescimento começam a despontar no horizonte e que mesmo com uma previsão pífia de crescimento do PIB(algo em torno de 0,6%) para 2003 as perspectivas para 2004 são bem mais animadoras. As indústrias voltaram a apresentar aumento na produção e o emprego começou a aparecer. As safras agrícolas continuam a bater recordes de produção e exportação contribuindo decisivamente para diminuir nossa dependência externa. Aliás, se o superávit da balança comercial continuar, poderemos depois de muitos anos, saldar nossos compromissos externos com recursos gerados no próprio país, o chamado equilíbrio

em transações correntes. Mas se estamos realmente melhorando por que a sensação em nosso dia-a-dia é de que as melhoras não estão acontecendo?

A concentração de renda no Brasil continua sendo uma das maiores do mundo, ou melhor dizendo, uma parcela pequena da população possui a maior parte da riqueza do país. Em tempos de crise como o que vivemos recentemente, as parcelas mais pobres da população, com menor qualificação profissional são as mais afetadas. Mesmo com esta retomada do crescimento econômico que esperamos que ocorra, o Brasil precisaria crescer de 6 a 7% ao ano durante vários anos para deixarmos de ser campeões(na verdade 6º colocado) em concentração de renda. Para que isso ocorra, além das condições conjunturais, estruturalmente precisamos continuar a qualificar a população com educação e investir na infra-estrutura do país como transportes, energia e telecomunicações. A almejada redistribuição da renda somente ocorrerá quando formos, cada vez mais, capazes de produzir com qualidade e baixo custo. O baixo custo a que refiro não está nos baixos salários, mas na alta produtividade. Para deixarmos de ser campeões em má distribuição de renda precisamos trilhar um longo caminho que passa pela educação e pelo estímulo a produção. O Brasil está procurando trilhar este caminho, mas acredito que este caminho seja mais longo que mandatos, seja um caminho talvez mais longo que gerações, mas que sem dúvida, deve ser trilhado.

Paulo André de Oliveira
Professor de Economia da FMR
Aluno de pós-graduação em Energia na Agricultura